

O HOMEM E O MODELO SÓCIO-ECONÔMICO

Roque Lauschner, S.J.

São Leopoldo

Roque Lauschner makes some considerations about an overall comprising and never solved problem. We have to base the necessity of the human person to devote its whole life to the building up of a society in which the human being is the center of History, considering it in its immanent and transcendental dimensions. He uses the dialectical method in the analysis of the social phenomenon and of the being of man as well. He departs from the supposition that the private has no meaning in itself unless it is inserted in the universal. The dialectical method discovers the private, determines the universal and comes back to the private comprehending it in the universal, which is given as a condition for the possibility of the private. This method is valid when used in the analysis of only one subject, as the capitalism. It is also valid when we determine/philosophically and theologically, the more comprehensive horizon which explains any kind of reality.

The study concentrates initially on the analysis of merchandise, showing the condition through which the existence of merchandise is possible. Then he analyses man in society determining philosophically and theologically the ultimate conditions of the possibility of human action in History. Upon this basis the study comes back to merchandise and the conditions of the possibility of it, defining some judgements of value, in other words, some necessary objectives to build up society.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma primeira reflexão sintética sobre uma problemática muito abrangente que jamais poderá ser esgotada. Trata-se de fundamentar a necessidade de as

pessoas dedicarem toda sua vida na construção de uma sociedade que coloque o homem como centro da história, considerando-o em sua dimensão imanente e transcendente.

Recorreu-se ao método dialético tanto na análise do fenômeno social como do ser do homem. A suposição é que o particular não tem sentido em si a não ser colocado no universal. O método dialético detecta o particular, determina o todo ou universal que é dado como condição de possibilidade do particular e volta ao particular compreendendo-o no todo. Este método é válido quando utilizado na análise de um único sujeito como o capitalismo e também quando - filosófica e teologicamente - é determinado o horizonte mais abrangente ou ilimitado que explique o sentido de todo e qualquer real.

O estudo esquemático concentra-se inicialmente na análise da mercadoria mostrando as condições de possibilidade da existência da mesma. Depois analisa o homem em sociedade determinando - filosófica e teologicamente - as condições últimas de possibilidade da ação humana na história. Estabelecido esse horizonte volta à mercadoria e às condições de possibilidade da mesma, definindo alguns juízos de valor, ou seja, alguns objetivos necessários de construção da sociedade.

I. A MERCADORIA E O HOMEM

Objetivamos, nesta primeira parte, determinar a estrutura real que existe como condição de possibilidade da mercadoria. A mercadoria ou o produto que encontramos no mercado para

o consumo ou o investimento aparece como tendo valor de uso. Assim, o automóvel, a máquina de escrever, a roupa, os produtos alimentícios são úteis ao homem. Contudo, examinando mais de perto a realidade da mercadoria, não é seu valor de uso que explica o porquê ela está no mercado.

1.1.A Mercadoria e a Apropriação do Excedente Econômico

A mercadoria é o resultado ou a concretização material de determinada combinação dos fatores de produção, ou seja, de determinada combinação do trabalho e capital. A mercadoria é a concretização de determinada utilização de insumos e valor agregado e depende, principalmente da apropriação - pelo capital ou pelo trabalho - do valor excedente gerado na economia, a nível de empresa e a nível de economia nacional e internacional. A economia remunera o capital sob a forma de juros, de renda da terra, de aluguel, remunera o trabalho sob forma de salários, pro labore e remunera o governo sob a forma de transferências. A economia gera também lucros ou excedentes que ela pagará ou ao capital ou ao trabalho.

Vemos que toda mercadoria incorpora um conjunto de bens e serviços que ela adquiriu de terceiros, chamados insumos e um conjunto de valor, agregado ou adicionado no processo produtivo pelo capital e pelo trabalho. Se o valor da mercadoria for igual a 100, a matéria prima e outros insumos poderão valer

60. O valor agregado será então 40, que poderá distribuir-se da seguinte forma: 10 em juros; 5 em aluguel e renda; 5 em impostos indiretos menos subsídios; 10 em salários e "pro labore" e 10 em lucro (ou excedente ou sobra). A que fator será atribuído o lucro? Ao capital ou ao trabalho? Será destinado à empresa ou transferido ao governo, a pessoas dentro do país ou ao exterior?

1.2 A Mercadoria e as Classes Sociais

Determinada combinação dos fatores de produção e a consequente apropriação do excedente econômico ou pelo capital ou pelo trabalho e, em parte, pelo governo é a concretização material de determinadas combinações de classes sociais com interesses opostos entre si. Essa combinação de classes sociais é a condição de possibilidade do surgimento de certo tipo de apropriação dos excedentes e, em última análise, da mercadoria.

As combinações das classes sociais podem, basicamente ser as seguintes:

a - Classes no Regime Capitalista

As classes fundamentais com interesses opostos entre si explicam determinada apropriação dos excedentes gerados na economia capitalista que são:

1 - Os proprietários do capital: os donos do ativo fixo e circulante das empresas. As características desta classe são:

- Total autonomia de gestão, cabendo mais decisão nas empresas aos de maior participação no capital.
- Arrendamento de trabalho a uma taxa fixa, representada pelo salário. O trabalho é um bem de troca que pode ser arrendado, sujeito às leis da oferta e procura como qualquer insumo.
- Apropriação do total dos excedentes gerados na economia.

2 - Os trabalhadores: as características desta classe na capitalismo são:

- Nenhuma participação na gestão das empresas, com exceção daquela que a classe dos capitalistas lhes quiser conceder espontaneamente (e na medida que mantém a autonomia do capital).
- Venda da força de trabalho, ou melhor, arrendamento da força ao preço do mercado, dependendo do total dos trabalhadores e da demanda feita pelos donos do capital.
- Nenhuma participação nos excedentes gerados pela economia, a não ser a que a classe capitalista quiser conceder espontaneamente ou a que o governo, por meio de mecanismos especiais de distribuição, realizar.

b - Classes no Regime Socialista de Estado

No regime socialista de estado a classe dos donos do capi-

tal é eliminada e o estado torna-se o único capitalista com todo ativo das empresas. Esse regime não elimina o sistema capitalista de apropriação dos excedentes a nível de empresa, mas apenas a nível de economia global. Como a nível de economia global e de estado as decisões cabem a um determinado partido político, este substitui a classe dos capitalistas e é o agente do estado capitalista.

As classes fundamentais com interesses opostos entre si numa economia socialista de estado, como existe na União Soviética, e que explica determinada forma de apropriação dos excedentes gerados dentro da economia são:

1 - O Estado que se operacionaliza através de um partido político único. As características do Estado empresário são:

- Total autonomia de gestão a nível de empresa e a nível de economia global.
- Arrendamento do trabalho a uma taxa fixa de arrendamento expressa pelo salário. O salário é fixado pelo Estado.
- Apropriação total dos excedentes gerados na economia, com exceção dos que espontaneamente conceder aos trabalhadores, e distribuição posterior dos mesmos dentro dos interesses do Estado e do bem comum, interpretado pelo Estado.

2 - Os trabalhadores: Esta classe se caracteriza pelo seguinte:

- Nenhuma participação na gestão da empresa, ficando as decisões aos representantes do capital.
- Venda da força de trabalho.
- Nenhuma participação nos excedentes gerados a nível de empresa, com exceção daquela que o estado capitalista conceder espontaneamente.

c - Classes num Sistema de Autogestão

Num sistema de autogestão a classe capitalista é eliminada totalmente e a condução da economia é confiada à classe trabalhadora. Falamos em sistema de autogestão porque representa determinada combinação teórica do fator capital e trabalho, sem contudo ser o sistema preponderante em praticamente nenhum país. Existem apenas notáveis experiências na Iugoslávia, Guiana Inglesa, Peru, alguns países africanos e, a nível de empresas, nas cooperativas que se estendem do lado capitalista e socialista. O "sistema" nunca existe em estado puro, mas acompanhado de mais de um sistema. Por isso falamos em "regime" capitalista e socialista. Assim, no "regime" capitalista israelense o "sistema" capitalista é predominante, mas existe também o "sistema" socialista e o "sistema" de autogestão cooperativa. Ao lado desses sistemas podem existir outras formas de combinação de trabalho e capital, de distribuição dos excedentes a nível de empresa e a nível da econo-

mia global. O Estado empresário nos regimes capitalistas, a classe dos militares, dos funcionários públicos, dos agricultores com propriedades familiares, dos grupos profissionais autônomos que prestam todo o tipo de serviços são classes que existirão em qualquer regime e dependem do sistema de apropriação dos excedentes não tanto a nível diretamente da empresa, onde uma classe se encontra frente à outra, mas a nível de economia global, que manifestará o sistema predominante de apropriação. Os pequenos agricultores autônomos num regime capitalista transferem, por exemplo, grande parte dos seus excedentes para a classe capitalista, embora a nível de empresa realizem a autonomia do trabalho sobre o capital.

As classes fundamentais, num regime de autogestão, com interesses opostos entre si e que explicam determinado tipo de apropriação dos excedentes são:

1 - Os Proprietários do capital e do ativo das empresas. Essa classe tem as seguintes características:

- Nenhuma participação na gestão das empresas. Mais ou menos capital não dá nenhum direito a voto nas decisões gerenciais.
- Empréstimo do capital a uma taxa fixa de arrendamento, expresso por um juro real, isto é, por juro mais correção monetária.
- Nenhuma participação nos excedentes gerados na

economia a nível de empresa e homogeneização dos excedentes a nível de economia global. A nível da empresa todo capital receberá seu juro ou taxa de arrendamento. O problema da distribuição da renda não poderá ter solução a nível de empresa mas exigirá medidas a nível de economia global, como adequada lei de impostos diretos sobre a renda, sobre a herança, sobre os bens patrimoniais e territoriais.

2 - Os trabalhadores: esta classe tem as seguintes características:

- Toda gestão das empresas, cabendo um voto a cada pessoa na medida que participa do processo produtivo ou da utilização do serviço da empresa.
- Arrendamento de capital a uma taxa de arrendamento. A empresa de autogestão utilizará tanto capital e trabalho como qualquer empresa capitalista, poderá ter a mesma organização da estrutura produtiva, apenas tem como característica outro sistema de remuneração dos fatores.
- Apropriação do total dos excedentes gerados na economia.
- Assunção do total dos riscos do empreendimento pelos trabalhadores. Todo excedente gerado significará aumento dos "salá-

rios" e todo prejuízo gerado significará diminuição dos "salários". O aumento dos "salários" será dado aos trabalhadores em forma de renda adicional para consumo, sob forma de maior capitalização ou investimento individualizado ou sob forma de maior capitalização ou investimento do conjunto dos trabalhadores, constituindo reserva indivisível ou propriedade social dos trabalhadores. A diminuição dos "salários" poderá significar diminuição da renda destinada para consumo, da renda destinada para investimento sob forma divisível ou sob forma indivisível.

Existe diferente combinação de classes segundo proprietários do capital e trabalhadores, considerando o regime socialista, capitalista e de autogestão, definido acima. A estruturação com menor antagonismo de classes oferece o sistema de autogestão, onde é garantida a propriedade privada do capital,

uma remuneração adequada ao esforço de poupança da sociedade e, ao mesmo tempo, total autonomia ao trabalhador para utilizar o capital em função da promoção da classe.

O antagonismo de classes costuma ser consciente a nível de empresa capitalista, mas pode não ser percebido com igual profundidade a nível global, onde o grupo de altas rendas aceleradamente vai concentrando em suas mãos o excedente principal gerado na economia. Abstraindo das altas rendas que certos grupos profissionais geram apesar de não contarem com capitalização importante anterior, a situação de concentração nas economias latino-americanas e brasileira, em particular, é assustadora. Considerando a população economicamente ativa de 1970, o Brasil contava com 29.545.293 pessoas. Dessa população 2.755.235 não auferiam rendimentos e 710.315 não haviam declarado os rendimentos. Entre as 26.079.743 restantes, os rendimentos eram os seguintes:

Especificação	Participação no total dos rendimentos (%)
1% da população ativa mais rica	14,11
5% da população ativa mais rica	34,06
10% da população ativa mais rica	46,47
20% da população ativa mais rica	61,62
80% da população com menor rendimento	38,38
50% da população com menor rendimento	15,05

Fonte: Construída a partir do Censo Demográfico, 1970, IBGE

(LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973, p. 21)

Em 1970, entre os que recebiam rendimentos, 30% da população economicamente ativa recebia meio salário e menos; 50% recebia menos de um salário mínimo, 70% menos de dois salários mínimos e 80% menos de 2,5 salários mínimos. (LANGONI, C.G. 1973, p. 21).

Dentro do sistema capitalista brasileiro, como o capital tem total autonomia frente ao trabalho, os 20% que detém 62% dos rendimentos dominarão boa parte das empresas e terão ca-

pacidade de impor seus interesses que podem estar em profunda contradição com os interesses de 80% da população brasileira com rendimentos inferiores a dois e meio salários mínimos. Mesmo que uma porcentagem pequena trabalhe nas empresas onde se gera a transferência de renda para os detentores do capital, a sociedade como um todo está dividida entre a classe dos capitalistas cujos interesses serão atendidos e a classe dos trabalhadores cujos interesses não serão atendidos.

ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Classe de área Total - Ha -	Total de Proprietários rurais - % -	Área Total - % -
Até 1 Ha	1,57	0,09
Até 2 Ha	5,38	0,56
Até 5 Ha	17,13	4,19
Até 10 Ha	31,06	13,50
Até 25 Ha	58,83	17,67
Até 50 Ha	75,30	22,92
Até 100 Ha	85,73	29,56
Até 200 Ha	92,23	37,71
Até 500 Ha	96,85	50,66
500 e mais Ha	3,15	49,34

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Ministério da Agricultura. Estatísticas Cadastrais/1. Brasília, 1972, p. 2

Se considerarmos apenas os proprietários de terras (e não os trabalhadores permanentes e temporários e principalmente o crescimento elevado de trabalhadores temporários) reparamos a mesma distorção em termos dos que possuem a terra como instrumento de trabalho e os que a possuem como capital para arrendar trabalho de outros. Em 1972, encontramos 85,73% dos proprietários que possuíam até 100 hectares de terra, ocupando 29,56% da área total. 75,30% dos proprietários possuíam até 50 hectares e 22,92% da área total. Estes são trabalhadores rurais, onde o capital está a serviço do trabalho e não o trabalho a serviço do capital. Existem também 3,15% de proprietários que possuem quase 50% das terras do Brasil. Os 85% de agricultores menores evidentemente tem interesses opostos que justifica a necessidade de determinada combinação dos fatores de produção e a concretização de determinados objetivos sociais a favor ou de grupos ou do homem como tal. Por mais que nos esforcemos para justificar certa estruturação social, econômica e política, nossa insistência afirmará implicitamente determinados objetivos sociais que entre si são irreconciliáveis. Ou justificamos que uns dominem sobre os outros, que uns tenham privilégios em relação aos outros, que uns possam decidir, usufruir, possuir e atender seus interesses, embora isso fira interesses

de outras pessoas, ou negamos esse objetivo radicalmente com todas as conseqüências práticas e optamos pelo homem como tal sem nenhuma limitação ou condição. Uns aceitamos que um grupo de capitalistas concentrem capital, formação, informação, poder no aparato econômico, social, cultural e político. Uns aceitamos que o Estado capitalista defina os direitos dos cidadãos em função de interesses que não brotam de cada cidadão, mas de determinados grupos. Outros, porém, exigimos que o Estado, que as empresas, todas as instituições estejam exclusivamente a serviço do homem, das necessidades pessoais e sociais de cada cidadão.

Os objetivos sociais a favor de grupos ou a favor do homem como tal, quando examinados em sua condição de possibilidade, não deixam de ser a concretização real de determinada concepção do sentido do homem na história. Se toda estrutura sócio-econômica expressa uma atitude determinada a favor do homem ou contra o homem, a favor do egoísmo de uns contra o bem de todos está definida nesta atitude o sentido que é dado ao homem, à sociedade, à história e à relação entre elas. Basicamente, porém, depende do sentido que é dado ao homem como ser social. A mesma atitude frente ao homem pode ser justificada plenamente por uns e condenada totalmente por

outros, dependendo do sentido que damos ao homem na história. O fato de um Senhor Romano matar um escravo para alimentar seus peixes, o fato de os romanos sacrificarem a vida de gladiadores na arena para divertir o povo, o fato de um capitalista inglês no início da industrialização empregar crianças e mulheres durante doze ou mais horas por dia por um salário que

não mantinha nenhuma relação com o trabalho realizado, o fato de um governo torturar um preso político que põe em perigo as instituições, pode ser justificado totalmente por uns e condenado por outros, segundo a concepção que tivermos do homem e segundo o sentido que damos ao Estado, às instituições e ao poder em relação ao homem como tal.

2. O SENTIDO DO HOMEM

Partimos, dialeticamente, das coisas na história e chegamos à ação humana como condição de possibilidade da história. Resta aprofundar a ação humana e determinar o ser do homem como condição de possibilidade da ação. Nossa reflexão move-se no plano do real, passando imediatamente do evidente e perceptível para o real que é afirmado conjuntamente, mas não de forma explícita. O real, que existe como condição de possibilidade de qualquer concretização maior, é evidente de forma implícita e necessita ser explicitado dialeticamente pela reflexão, sem necessariamente ser percebido pelos sentidos.

Nossa reflexão moveu-se até aqui num plano principalmente quantitativo, onde horizontes "quantitativamente" mais abrangentes serviam como condição de possibilidade real de qualquer nível de concretidade. A reflexão daqui para frente

mover-se-á num plano principalmente qualitativo, partindo da aparência para o ser.

Mostramos até aqui que a mercadoria é a concretização real da apropriação ou pelo capital ou pelo trabalho do valor excedente gerado na economia a nível de empresa e a nível de economia global. É, portanto, a concretização real de determinada combinação dos fatores de produção, ou seja, de determinada combinação do trabalho e capital. Em última análise, é a concretização real de determinada combinação de classes sociais com interesses opostos entre si. Ora, a combinação de classes sociais com interesses opostos entre si é a concretização de determinada concepção político-social sobre a necessidade de determinada combinação dos fatores de produção. É, portanto, a concretização real de determinados objetivos sociais a favor de grupos ou a

favor do homem como tal. É, em última análise, a concretização real de determinada concepção do sentido do homem na história. A mercadoria depende, portanto, como condição de sua possibilidade, do sentido que é dado ao homem na construção da história. A mercadoria, que está no plano dos objetos materiais, oculta toda uma realidade que se situa a nível de ação do homem que faz a história.

2.1 - A Ação Humana

O homem tem determinada concepção de si mesmo, ou seja, toma distância de si mesmo transformando-se em objeto de análise; o homem fixa objetivos sociais e adapta a sociedade em relação a esses objetivos; o homem conhece, ama, quer, pergunta, afirma, admira-se, critica... Esta ação humana é totalmente distinta da ação dos animais. A abelha faz sua colmeia durante milhares de anos da mesma maneira e nunca põe-se a criticar sua obra, a modificar os objetivos, a alterar o tipo e a forma das mesmas. Quem critica e quem fixa objetivos percebe a perfeição e o limite de perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro de condições espaço-temporais. Essa é a condição de possibilidade real de toda crítica. A pessoa que amamos é digna de nossa consideração podemos compará-la com outras pessoas e saberemos distinguir nela os aspectos censuráveis, que si-

gnificam limites de perfeição.

A percepção da perfeição e do limite da perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro de condições espaço-temporais é a concretização real da afirmação do limite do ser concreto espaço-temporal e da afirmação de possibilidade de haver algum ser além desse limite. Se o homem não fosse capaz de afirmar o limite do ser e a possibilidade de haver algum ser além do limite, ele jamais perceberia a perfeição e o limite de perfeição das coisas. por outro lado, não poderia conhecer, amar, querer, perguntar, afirmar, criticar, fixar objetivos e exercer outras ações tipicamente humanas.

Quem afirma o limite do ser concreto espaço-temporal e a possibilidade de haver algum ser além desse limite está afirmando, implicitamente, como condição de possibilidade real dessa afirmação, o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser como tal. Afirmamos o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser "em si", isto é, do ser não enquanto parece a "nós", mas do ser sem condições e sem limitações, do ser como ser. Afirmamos o ser, livre de condicionamentos espaço-temporais, o ser como horizonte da afirmação sobre um ser espaço-temporal e não o ser como conhecido conceitualmente. Se não afirmássemos o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser

como tal não afirmariamos o limite do ser concreto e a possibilidade de haver algum ser além desse limite e não perceberíamos, em última análise, a perfeição e o limite de perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro das condições espaço-temporais. Nossa afirmação sobre as coisas é uma afirmação sem condições: Dizemos "é" e "não é" que, ao lado do ser, coloca o não ser "em si".

2.2 - O Ser do Homem

O homem afirma o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser como tal. Este fato não pode ocorrer sem que seja dado como condição de possibilidade o fato de que o homem é um ser capaz de afirmar o ser como ser, ou seja, é um ser capaz de realizar a transcendência a partir da imanência espaço-temporal. A árvore não realiza a ação de pensar porque a árvore é um ser incapaz de realizar a ação. O homem afirma o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser em si. Portanto é um ser capaz de afirmar o ser das coisas no horizonte do ser como ser.

Todo ser capaz de realizar a transcendência a partir da imanência espaço-temporal é ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal, ou seja, é ser condicionado pelo espaço e tempo, mas jamais determinado por eles; é ser livre que realiza o ser

como ser, a partir dos condicionamentos espaço-temporais. A ação transcendente do homem é, portanto, apenas uma concretização de algo dado realmente que deve ser explicitado pela reflexão. Se o homem não fosse um ser independente do espaço e tempo, que nunca pode ser determinado por ele, mas apenas condicionado, ele não seria um ser capaz de realizar a transcendência e em última análise, não realizaria a transcendência, não afirmaria o limite do ser concreto, não perceberia a perfeição e o limite da perfeição das coisas, não conheceria, não amaria, não poderia ser crítico e tomar distância frente às coisas e a si mesmo.

O homem é um ser que não existe a não ser em determinado espaço e determinado tempo. Ele é parte da história humana. De lá obtém a cultura, os valores, as estruturas históricas concretas, os condicionamentos psicológicos, religiosos, políticos, sociais... Mas assim como o ar é indispensável para um animal viver e sem ele o animal não vive, assim os condicionamentos espaço-temporais são indispensáveis para o homem evoluir. Contudo, assim como o ar não determina a tipicidade da planta, mas apenas a condiciona, assim o espaço e o tempo não determina o homem, mas apenas o condiciona. O homem determina-se a si mesmo, é transcendente ao espaço e tempo porque é ser capaz de transcender o espaço e tempo. Se o

homem não estivesse sempre na transcendência, jamais poderia chegar a ela. Se o homem não fosse um ser transcendente a determinado momento histórico, ele jamais poderia transcender o momento histórico e afirmar, por exemplo, sobre toda a história, criticar o momento histórico atual. A abelha não consegue criticar sua colmeia porque não consegue transcender o momento histórico atual. Mantem-se perdida ou alienada na total imanência do momento histórico atual. Se o homem não fosse transcendente a determinado espaço não poderia exercer a ação imanente de conhecer, que significa sair de si e voltar a si enriquecido por novas determinações. A máquina na fábrica, na medida que age, vai passando seu movimento ao produto e vai-se desgastando até necessitar ser substituída. Na ação de conhecer, o homem, na medida que sai de si, volta a si enriquecendo-se sempre mais com novos conhecimentos. Sua ação não se aliena no espaço, não se perde no outro para nunca mais voltar, não desgasta o sujeito, não determina o sujeito, mas permite que ele encontre a condição espacial para se determinar autonomamente, exercendo a transcendência a partir da imanência espacial.

2.3 - O Ser do Homem Frente a Outros Seres

O homem é o ser que realiza sua transcendência a partir da

imanência espaço-temporal. Isto só é possível se o homem chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser a partir dos outros seres capazes de exercer em a transcendência dentro da imanência espaço-temporal, ou seja, a partir de outros seres pessoais, a partir da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro, a partir da entrega total ao outro. O homem tem certo grau de realização ao orientar-se para as coisas, para os objetos e ao voltar a si captando o ser do objeto. Esse é o processo do conhecimento, ou seja, a relação entre sujeito e objeto enquanto o objeto é considerado no sujeito. O sujeito que se move no horizonte incondicionado e ilimitado do ser está num primeiro momento no universal puro, vazio, sem determinações, na pura identidade de si mesmo. Ao entrar em contato com as coisas materiais encontra o particular cheio de determinações, como antítese do sujeito. Ao voltar a si, o sujeito une o universal e o particular, vê o objeto particular dentro do horizonte ilimitado do ser, transforma o universal vazio em universal cheio de determinações, cria a síntese, a nova identidade do sujeito, que inclui a identidade anterior do sujeito consigo mesmo e a não-identidade das coisas consigo mesmo. O conhecimento, portanto, embora realize o sujeito, levando-o a novas determinações por meio da media-

ção dos objetos, não o realiza em toda dimensão.

O homem para a total realização de si mesmo, para a livre realização daquilo que deve ser, necessita afirmar não apenas a verdade, mas a bondade das coisas, o valor das coisas espaço-temporais. Os objetos materiais não respondem espontaneamente a um sujeito que vai ao encontro seu. Apenas outro homem, capaz de objetivar todas as coisas e a si mesmo num gesto de transcendência, de afirmação do ser das coisas no horizonte incondicionado e ilimitado do ser como tal, é capaz de uma resposta espontânea e livre a uma comunicação gratuita de um sujeito. A livre afirmação do valor do outro, o interesse de fazer crescer o outro, o esforço espontâneo do sujeito de desaparecer para afirmar o bem do outro é o que chamamos amor; ou seja, a relação entre um sujeito e um objeto (no sentido de "objectum" de algo colocado diante de um "subjectum") enquanto que o sujeito é considerado no objeto. Sem a resposta do outro em que ele desvenda toda interioridade em forma de doação de si mesmo, o sujeito não poderá perceber o valor do outro e torna-se impossível amar.

O fato de o sujeito, na sua entrega total e radical ao outro esforçar-se por fazer crescer ao outro, de realizar ao outro, mostra que reconhece o bem, o valor do outro, mas ao mesmo

tempo as limitações de perfeição do outro. A relação intersubjetiva pessoal com cada pessoa torna-se impossível, mas basta o diálogo profundo entre poucas pessoas para o homem descobrir a dignidade de cada homem e da humanidade. Se o amor entre duas pessoas não abrir para o compromisso sério para com todos os homens, para o respeito e interesse por cada homem e pelas coisas criadas pelo homem para seu desenvolvimento, o amor entre duas pessoas não seria amor, mas certa forma de egoísmo, certa utilização do outro para usufruto pessoal, certa coisificação do outro, que não exige total entrega do sujeito, total afirmação do outro, total descoberta do valor pessoal.

Importante dar-nos conta da ação humana, distinta totalmente da ação dos animais. O horizonte de aspirações do animal é um horizonte fechado, limitado, que não se move no horizonte do ser como ser. Esse horizonte pode ser enchido com coisas que atendam aos instintos do animal. O horizonte de aspirações do animal pode ser enchido com comida, com repouso, com as possibilidades de procriação, etc. O horizonte de aspirações do homem jamais pode ser enchido com coisas e com a satisfação dos instintos. O homem jamais pode ser satisfeito com "posses". Quem possui muitos bens esforçar-se-á para possuir mais. Quem é muito estimado fará força para ser obje-

to de mais estima. Quem coisifica as pessoas para lhe darem prazer, procurará mais na medida que for atendido. O curioso no homem é o fato de ele encontrar-se apenas quando sai de si, quando renuncia a toda posse, como riquezas, fama, prazeres e as utiliza livremente como meio para uma doação total ao outro, para a construção de algo útil e permanente que realize os homens. Só a total doação ao outro pode encher o horizonte de aspirações do homem, pode dar o sentido para uma vida, pode dar equilíbrio pessoal, afetivo e satisfação interior. Na medida em que o homem sai de si numa total doação ao outro, ele realiza a característica fundamental de sua pessoa que é o exercício da transcendência, o exercício da liberdade frente a todos os condicionamentos espaço-temporais, o livre assumir-se a si mesmo. A renúncia a si mesmo não significa o sacrifício total de si, mas a valorização de si mesmo e das coisas no seu verdadeiro sentido. Assim como o homem livre não faz depender sua realização da maior ou menor posse de bens, da maior ou menor saúde, da maior ou menor fama, de mais ou menos prazeres, da vida ou da morte, o homem livre saberá imprimir o caráter de serviço aos bens que possui, à capacidade e inteligência própria, a maior ou menor saúde, ao maior ou menor reconhecimento e admiração que outras pessoas possam ter

sobre ele... e fará todo o possível para aumentar a riqueza, a formação, a saúde, o acesso à participação econômica e política do maior número de pessoas.

2.4 - O Homem Frente ao Ser que o Transcende

Vimos que todo ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser a partir de outros seres capazes de exercer a transcendência dentro da imanência espaço-temporal, ou seja, a partir de outros seres pessoais, a partir da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro, a partir da entrega total ao outro. Importa ver agora qual a condição de possibilidade de o homem realizar-se a partir da afirmação do valor pessoal dos outros. Qual a condição do fato de que o homem chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser partindo da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro? Esta realização só é possível porque o homem realiza-se pela afirmação, em cada valor pessoal finito, do valor pessoal infinito e absoluto que chamamos Deus, ou seja, porque o homem alcança - explicitamente ou não - na entrega total ao outro, Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desta entrega.

O homem voltado sobre si mesmo é frustrado, escravo, preso ao que está fora dele, alienado de si mesmo. O homem voltado para outro, disposto a morrer para construir um mundo pessoal que leve os homens a compatir (os bens, a cultura, a formação, a saúde, a gestão econômica e política, livres de privilégios, de classes, de grupos com mais oportunidades que outros, de torturas e opressões pessoais, de manipulação das informações...) também é um homem frustrado (um homem iludido, que tende ao vazio da existência, a um trabalho totalmente inútil, a uma entrega que é condição de sua realização própria mas que não chega a seu tempo) se estiver orientado a um valor pessoal finito, limitado, cheio de imperfeições e de não correspondência. Não há nenhum valor, nenhum bem que possa encher o horizonte de aspirações do homem e levar à entrega total de uma vida se nessa entrega não for afirmado - implícita ou explicitamente - o bem como tal, o valor pessoal absoluto como condição da afirmação e dedicação a qualquer bem limitado, a qualquer valor pessoal finito. O homem não pode, por sua natureza ou essência, existir como ser real para o outro, depender do outro para sua realização e esse outro não existir. Seu Deus fosse apenas o resultado da imaginação dos homens, eles não poderiam afirmá-lo com sua atitude de total entrega, de sacrifício gene-

roso de suas vidas, cuja justificativa só existe na afirmação concreta e real da existência do bem como tal, do valor pessoal como tal. Mesmo que o homem não consiga explicitar o que signifique Deus, como termo absoluto do dinamismo da ação humana e apresente Deus como "humanidade", como "socialismo", como "dinheiro e riqueza" essas concretizações ou são tentativas de corresponder ao bem como tal ou esforços para fugir do bem como tal, da realização própria, do encontro radical consigo e com os outros.

Está claro também que o Deus que signifique fugir da responsabilidade histórica que cada homem descobre na sua total entrega ao bem dos outros não é Deus. Seria o ser que é colocado ao lado das coisas, como algo distinto das coisas e das pessoas, algo que não é o termo da total entrega ao bem como tal, total afirmação do bem pessoal ilimitado e absoluto, algo que não significa a realização plena do homem em seus condicionamentos espaço-temporais, com os atos de transcendência que manifestem compromissos históricos e espaciais concretos. É impossível amar a Deus sem amar o homem, é impossível assumir a entrega a Deus que não signifique entrega ao outro, atitude de serviço, promoção e afirmação do bem absoluto na consecução do bem concreto, existencial e histórico.

2.5 - O Homem em Diálogo com o Transcendente

Vimos que o homem fixa objetivos, percebe o sentido do homem na história, critica e exerce outras ações típicas de homem e de nenhum outro ser que conhecemos. Essa ação revela algo mais profundo. Ela é a concretização da percepção, pelo homem, da perfeição e do limite de perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro de condições espaço-temporais. Ela é, em última análise, a concretização da afirmação, pelo homem, do limite do ser concreto espaço-temporal e da possibilidade de haver algum ser além desse limite. Quem afirma o limite do ser concreto espaço-temporal e a possibilidade de haver algum ser além desse limite afirma o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser como tal. É, portanto, um ser capaz de afirmar o ser como ser, ou seja, um ser capaz de realizar a transcendência a partir da imanência espaço-temporal. É, em última análise, um ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal. Todo ser livre, que realiza o ser como ser, a partir dos condicionamentos espaço-temporais chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser a partir da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro. Portanto, todo ser livre, que realiza o ser como ser, a partir dos

condicionamentos espaço-temporais realiza-se pela afirmação, em cada valor pessoal finito, do valor pessoal infinito e absoluto que chamamos Deus.

Nossa reflexão que partiu da mercadoria e que, chegada à ação do homem, desvendou o ser do homem e sua relação com o ser transcendente, perguntou pelas condições de possibilidade que viabilizavam qualquer concretização maior da realidade. Determinamos explicitamente os horizontes reais que sempre estão dados em qualquer ação humana e que não podem ser negados sem que neguemos a ação humana. A reflexão determinou a necessidade da existência de Deus como termo real do dinamismo real da ação humana. A reflexão, com base nas coisas que percebemos pelos sentidos, pode determinar o valor pessoal finito e absoluto, mas jamais poderia afirmar mais do que a possibilidade de uma resposta pessoal de Deus ao homem. A realidade da autocomunicação pessoal de Deus ao homem não pode ser determinada como uma necessidade e, portanto, não pode ser colocada como condição da possibilidade de ação humana. Embora nós no diálogo pessoa a pessoa necessitemos a manifestação ou resposta amorosa do outro para compreender toda riqueza e valor que representa, o valor pessoal absoluto é dado conjuntamente com o valor pessoal finito como horizonte último da possi-

bilidade de qualquer valor finito. O amor nosso a Deus e o amor de Deus ao homem é entendido a partir da compreensão do amor humano e nunca na compreensão pura dele mesmo. Todos os conceitos que fazemos de Deus são tirados das coisas e não lhes correspondem adequadamente, são fruto da transcendência imediata e concreta espaço-temporal que, no conhecimento mantém sempre unidos o universal ao particular e o particular ao universal.

O cristão crê na manifestação pessoal de Deus, na sua auto-comunicação. Não nos cabe provar aqui esta revelação. Apenas definiremos o horizonte que se coloca ao cristão e que servirá de continuação à reflexão feita. Damos a condição última de possibilidade da ação humana, o sentido último do ser do homem e das coisas supondo a revelação ou comunicação de Deus na história, como resposta pessoal e histórica à comunicação do homem ao outro e a Deus. Recorrendo à revelação, todo cristão pode dizer que aquele que alcança – explicitamente ou não – na entrega total ao outro, Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desta entrega:

1) afirma – explícita ou implicitamente – Jesus Cristo que é a auto-comunicação pessoal existencial e histórica plena de Deus aos homens e a condição da possibilidade do amor humano

existencial e histórico pleno para com Deus e

2) afirma – implicitamente ou não – a participação num povo novo, chamado igreja, que é a unidade radical da dimensão íntima e social da autocomunicação de Deus e a resposta concreta dos homens a Deus com Cristo, em Cristo e por Cristo. Analisemos, brevemente, alguns dos elementos da afirmação.

Jesus Cristo é a autocomunicação pessoal existencial e histórica plena de Deus aos homens. Deus Pai – princípio de tudo, ao manifestar toda a riqueza de Deus expressa-se em Deus Filho e para manifestar-se totalmente a nós homens de forma existencial e histórica expressa-se em Deus Filho feito homem, que é Jesus Cristo. Ele é a palavra do Pai, o verbo de Deus. Ele nos manifesta a atitude de Deus Pai em relação a nós e, principalmente, a atitude de entrega total de Deus a todos os homens, a atitude de amor pleno aos homens. Por isto Cristo não buscou a si mesmo, mas a todo homem, desde o fariseu, a prostituta, a samaritana, o ladrão, Judas, os que o pregaram na cruz até os apóstolos e todos os homens, manifestando o oferecimento pessoal e transparente de Deus, atitude de serviço, de entrega, de doação ao outro, mesmo que não haja nenhuma correspondência e, inclusive, rejeição. Como o amor entre

pessoas só pode concretizar-se pela resposta à doação pessoal de alguém, Deus nos manifesta em Cristo que da parte dele há sempre resposta e que o único impedimento na intercomunicação existencial entre Deus e o homem é o homem.

Cristo é a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico para com Deus. Quem ama, quem afirma o valor do outro numa total entrega de si mesmo afirma – implicitamente ou não – Jesus Cristo. Toda aceitação do outro é aceitação de Deus e toda rejeição do outro é rejeição de Deus. Como Deus se encarnou na história não para manifestar algo diferente daquilo que é mas, pelo contrário, expressar existencial e historicamente aquilo que é desde toda eternidade em relação ao homem, toda aceitação do outro é aceitação de Cristo e toda rejeição do outro é rejeição de Cristo. Em todo ato de amor, de entrega ao outro, alcançamos Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desse ato de amor, horizonte esse que com Cristo é histórico e existencial. Assim como Pedro, Judas e outros podiam ter uma atitude de aceitação ou de fechamento frente a Jesus Cristo com que convíviam, nós hoje temos a mesma atitude frente a Cristo quando aceitamos ou rejeitamos qualquer pessoa com quem convivemos dentro do nosso momento histórico e espacial.

Cristo não é apenas a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico para com Deus, mas é a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico pleno para com Deus. Com efeito, Cristo sendo homem-Deus, comunica-se ao Deus Pai como cabeça e centro de toda humanidade e como único homem capaz de doar-se totalmente num amor total, sem vacilações e imperfeições, ou seja, numa resposta plena ao amor do Pai.

Quem ama afirma – implicitamente ou não – a participação num povo novo, chamado igreja, que é a unidade radical da dimensão íntima e social da autocomunicação de Deus em Cristo. Deus, com a morte e ressurreição de Cristo, manifesta-se aos homens não com o rosto histórico e visível de Cristo, como se manifestou há dois mil anos em Israel, mas manifesta-se nos homens que vivem com o amor de Cristo, nos homens que foram "salvos", que renasceram em Cristo, que estão comprometidos com o outro e mortos a si mesmos. Deus manifesta-se no seu povo. O novo povo é o rosto, o gesto, a palavra concreta de Cristo junto a cada pessoa, em todas as línguas, tempos e lugares. Este povo de Deus, que compõe o "reino de Deus" manifesta-se por cada pessoa que vive o amor, ou seja, numa dimensão íntima, pessoal e expressa-se socialmente, por meio de um povo visível com-

prometido com o serviço ao outro, chamado Igreja, com chefe, organização, história... Cristo é a manifestação existencial e histórica plena de Deus Pai, mas cada Cristão e o povo em conjunto vivem a entrega ao outro de forma aproximada, sempre a caminho, sempre necessitando aperfeiçoamento, sempre "pecadores", sempre buscando. O Cristão, por vezes, procura mais poder, mais domínio, mais riquezas, mais fama, mais posse que doação, serviço, entrega. Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem é o centro, o companheiro permanente, a garantia de o povo manter-se permanentemente sinal de salvação para todos.

A Igreja, ou povo de Deus, é também a resposta concreta dos homens a Deus com Cristo, em Cristo e por Cristo. A resposta do homem a Deus que se manifesta visivelmente em Cristo e no povo comprometido com o homem, é a própria aceitação da oferta gratuita pessoal feita

por Deus na Igreja existencial e historicamente. A aceitação da oferta de amor de Deus significa a resposta no amor, no serviço ao outro, na integração total, com o povo em marcha. Na medida em que aceitamos o homem somos enxertados em Cristo e em sua Igreja, embora nós nos professemos ateus e anticristãos. A vida de autêntica dedicação na construção do mundo, com sacrifício de si mesmo significa a vida de Cristo na Igreja, no novo povo, embora explicitamente o ignoremos por completo. Essa é a condição última de possibilidade de qualquer gesto de amor autêntico. Só Deus se oferecendo a nós torna viável a resposta do homem. Sem o oferecimento pessoal de Deus em Cristo e no homem que ama, a pessoa seria incapaz de amar. O autêntico ato de amor é um ato "sobrenatural" que necessita que a pessoa esteja unida a Cristo, isto é, que seja cristão, pelo menos, "anonimamente".

3. OS OBJETIVOS DA AÇÃO SOCIAL

Definido o sentido do homem, voltamos ao fenômeno compreendendo-o em sua necessidade, ou seja voltamos ao que "é" na história humana para compreender aquilo que "deve ser". A realidade concreta, por um lado, e o horizonte último da possibilidade da ação humana, por outro lado, são os

dois pés sobre os quais se apoia a ação social para a qual somos compelidos.

O horizonte teológico que define o sentido último do homem sintetizamos como sendo o seguinte. "O homem 1) afirma — explícita ou implicitamente — Jesus Cristo que é a autocomunicação pessoal existencial e

histórica plena de Deus aos homens e a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico pleno para com Deus e 2) afirma — implicitamente ou não — a participação num povo, chamado Igreja, que é a unidade radical da dimensão íntima e social da autocomunicação de Deus e a resposta concreta dos homens a Deus, com Cristo, em Cristo e por Cristo”.

O horizonte filosófico, que é determinado como condição última de possibilidade real e que é afirmado implicitamente em qualquer ação humana, concluímos ser o seguinte: “O homem alcança — explicitamente ou não — na entrega total ao outro, Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desta entrega, ou seja, realiza-se pela afirmação, em cada valor finito, do valor pessoal infinito e absoluto, que chamamos Deus. Isto porque chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser partindo de outros seres capazes de exercer a transcendência dentro da imanência espaço-temporal, ou seja, partindo de outros seres pessoais, partindo da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro. Isto tudo, porque o homem é o ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal, ou seja, é o ser livre que realiza o ser como ser, partindo dos condicionamentos espaço-temporais.

A parte fenomenológica da história humana determinamos dialeticamente mostrando as condições “quantitativas” de possibilidade da mercadoria, ou seja, os fenômenos reais mais abrangentes e que explicam a necessidade dos fenômenos mais concretos como a mercadoria. Necessitamos voltar agora e determinar não os diversos níveis de existência de fenômeno, mas a crítica do fenômeno, a necessidade em relação ao sentido último do homem e da história e dizer, por exemplo, porque é necessariamente condenável explorar o homem para colocá-lo a serviço de outro homem ou do Estado, porque é necessariamente aceitável ou não a revolução social e a luta de classes? O fato de existirem determinadas relações de produção não explica a necessidade da luta de classes ou da revolução nem a necessidade da condenação da exploração do homem pelo homem. Apenas o horizonte último que expressa o sentido mais profundo do homem — e que tivemos a pretensão de esboçar filosófica e teologicamente — fundamenta o “dever ser” ou necessidade ou ato “moral”. Pretendemos acenar aqui apenas para algumas “necessidades”, para algum “dever ser” e para algum “não dever ser”.

Para os comentários, retomemos as principais afirmações de nossa análise fenomenológica:

1) a mercadoria depende de

determinada concepção do sentido do homem na história, porque depende de determinados objetivos sociais a favor de grupos ou a favor do homem como tal.

- 2) A mercadoria depende de determinados objetivos sociais a favor de grupos ou a favor do homem como tal porque depende de determinada concepção político-social sobre a necessidade de determinada combinação dos fatores de produção.
- 3) A mercadoria depende de determinada concepção político-social sobre a necessidade de determinada combinação de classes sociais com interesses opostos entre si.
- 4) A mercadoria depende de determinada combinação de classes sociais com interesses opostos entre si porque depende de determinada combinação dos fatores de produção, ou seja, de determinada combinação do trabalho e capital e, principalmente, da apropriação ou pelo capital ou pelo trabalho do valor excedente gerado na economia a nível de empresa e a nível de economia global.

Os objetivos da ação social podem situar-se em vários níveis, desde os mais abrangentes até os menos abrangentes, segundo os horizontes do real histórico e empiricamente cons-

tatado, explicitado acima. São resumidamente, os seguintes: "O homem deve usufruir da comunicação livre e espontânea de si mesmo em sociedade, sem estar a serviço de nenhum grupo, estrutura ou pessoa e deve contar com estruturas que lhe garantam acesso direto ou indireto a todo excedente gerado na economia.

3.1 - Modificação do Sentido do Homem na História

O dever fundamental de todos nós não é alterar o sentido que é dado ao homem. Muitos estruturam a sociedade e depois adaptam o homem a ela. O que importa é adaptar a sociedade ao homem. Não é a sociedade que dá sentido ao homem mas é o homem que dá sentido à sociedade. Não é o homem que deve ser adaptado às estruturas, mas são as estruturas que devem ser adaptadas ao homem. Não é a sociedade que realiza o homem mas é o homem que se realiza a si mesmo através da sociedade. Uma estrutura é boa na medida em que o homem consegue realizar-se através dela e deve ser substituído no momento em que o homem não encontra nela um caminho de realização. A realização do homem não vem de fora mas, mas da espontânea e livre doação de si mesmo ao outro. No momento em que as estruturas sócio-econômicas permitem ao homem prestar reais serviços aos outros, estrei-

tar a solidariedade, elas podem ser mantidas e aperfeiçoadas e no momento em que se transformam em exploração de alguns e privilégios de outros, elas devem ser eliminadas.

Não existe o homem sem a estrutura social e não há promoção do homem sem o desenvolvimento da organização social. A sociedade faz parte do homem. O homem é essencialmente social e se desenvolve na medida que participa e cria a história. Assim como a água é indispensável ao homem assim a sociedade o é. Contudo, assim como a água não determina o homem a ter tal ou tal comportamento, mas apenas o condiciona, assim a sociedade não determina o homem mas apenas o condiciona. Quanto melhor a estruturação da sociedade em função do homem, mais este pode aperfeiçoar-se livremente na doação total ao outro em sociedade.

3.2 - Fixação de Objetivos Sociais a Favor do homem como tal

A estrutura sócio-econômica deve estar em função das maiores populacionais e jamais em função de um grupo de pessoas ou do Estado. É o bem do homem como tal, ou seja, de cada pessoa em sua individualidade e do conjunto das pessoas numa sociedade que legitimam o direito de um grupo e o direito que pode ter um Estado. Se um grupo de pessoas tiver bens econômicos, culturais, sociais

além das necessidades essenciais e outras pessoas não tiverem acesso ao mínimo para a vida, o grupo de pessoas privilegiadas não terá nenhum direito sobre seus bens. Os que não têm o necessário para a vida estão obrigados a modificarem a estrutura sócio-econômica de modo a evitar que alguns mantenham bens supérfluos com prejuízo do necessário para o conjunto da sociedade. O Estado tem poder legítimo enquanto está a serviço do homem como tal, ou seja, de cada cidadão e das maiorias e o poder do Estado cessa totalmente nos pontos em que põe-se a serviço dos que garantem bens supérfluos às custas dos bens necessários de outros. É obrigação de cada cidadão eliminar o Estado que não se coloca a serviço do homem como tal e criar aquele que convém a todos.

Se o homem é o critério na fixação dos objetivos sociais, também o é na fixação dos meios. Os caminhos concretos devem respeitar etapas, não pode reprimir os atuais exploradores nos seus direitos fundamentais, mas apenas nos seus direitos supérfluos, não podem destruturar a sociedade com prejuízo de todos, mas modificar os objetivos da estrutura e os centros de decisão da mesma a favor de todos. Não há ideal, não há sociedade, não há Estado, não há estrutura que justifique a opressão de qualquer pessoa, por mais violenta que seja a revolução das estru-

turas. A guerra só pode justificar-se quando significar interna ou externamente defesa dos direitos fundamentais e jamais para aumentar bens supérfluos, para impor uma ideologia, para conquistar mercados, para garantir melhores fontes de matéria prima, para engrandecer um chefe ou nação... Mesmo que todos os países explorem algum homem, este fato não justifica nenhum "deve ser". Não é no "fenômeno" que pode ser encontrada alguma "necessidade moral", mas apenas no horizonte último real.

A promoção do homem como tal, que deve concretizar-se em estruturas a favor do homem para não permanecer um princípio vazio, exigirá, por vezes, contemporizações, paciência, participação e conscientização longa da população, revoluções que não são impostas necessariamente por minorias esclarecidas e outras atitudes de respeito a direitos fundamentais do homem. Contudo o modelo ou objetivo final deve sempre estar claro: Criar uma sociedade em que haja democracia econômica, social, política, jurídica, religiosa em todos os aspectos da sociedade. Assim, por exemplo, apesar de existir propriedade capitalista, podemos defender o princípio de propriedade. Apesar de haver serviços que valem o serviço de trezentas pessoas, podemos defender o critério "serviços prestados" como critério de remuneração do trabalho. Apesar de o voto da maioria

poder aprovar algo que não seja a favor do homem como tal, como é a lei do aborto, que permite a eliminação de pessoas indefesas, contudo podemos manter o princípio democrático do voto da maioria para estabelecer uma lei. Embora a nível internacional se verifique concentração de capitais e renda em determinados países e não se dê a livre movimentação de mão de obra como ocorreria dentro de um mesmo país, poder-se-ia admitir a continuação do sistema de países autônomos...

É necessário nunca esquecer o fundamento último das coisas. Por toda reflexão feita sobre o homem torna-se claro que o princípio da propriedade particular é justificado pela propriedade social e não vice-versa. Uma das formas técnicas para tornar efetiva a propriedade social é dar direito a todos a terem propriedade. A propriedade capitalista é essencialmente sem fundamento enquanto concentradora da propriedade. Qualquer medida governamental que tire a propriedade dos que acumulam sem trabalhar não apenas é tolerável mas necessária e plenamente justificável. Justificam-se plenamente, por exemplo, os impostos diretos: imposto de renda, imposto sobre herança, imposto territorial e rural, distribuição de terras aos agricultores que não as possuem. O pagamento segundo o serviço prestado visa dar oportunidades iguais a todos

segundo o trabalho prestado, sem privilégios. Apesar de esse critério levar a não sempre distribuir devidamente em certos casos, foi a fórmula técnica encontrada para garantir certa justiça distributiva.

3.3 - Classes Sociais e Relações de Produção

A concepção nova do homem, tarefa fundamental do esforço social, necessita concretizar-se numa clara opção pelo homem como tal e não por determinados grupos no âmago da estruturação econômica-social. A organização social necessita manifestar sempre mais o predomínio do trabalho sobre o capital. O trabalhador necessita ser dono de seus instrumentos de trabalho e de todo excedente gerado na economia. Ele necessita ter todo poder de decisão econômica. Esta democracia econômica será a base para a democracia política e social e significará a eliminação da ditadura da classe capitalista.

Esse dever histórico de lutar pelo predomínio do trabalho sobre o capital pode significar caminhos diferentes na política concreta de cada país. Haverá países que promoverão a democracia do capital, dando aos assalariados e ao povo em geral o capital das empresas, sem eliminar as relações de produção a nível de empresa. Haverá os que promoverão a cogestão,

dando participação importante ao grupo de assalariados, ao povo da comunidade e uma parte minoritária aos capitalistas tradicionais. Haverá os que promoverão empresas de autogestão, apoiadas em um sistema financeiro de muitos recursos, dando aos próprios assalariados toda gestão de suas empresas e pagando apenas um juro real pelo capital. Outros desenvolverão principalmente sólidas empresas cooperativas de crédito, de produção industrial, de comercialização, de produção rural, de eletrificação, de consumo, de habitação... Outros eliminarão todo assalariado rural, dando terras a todos individualmente ou sob forma de cooperativas de produção...

As formas para assegurar o predomínio do trabalho sobre o capital são muitas. Importante a educação e conscientização sobre a necessidade de criar esse predomínio. O papel do governo é importante como instrumento de mudança tanto em países capitalistas como socialistas de estado. Poderá oportunizar a transferência gradativa das empresas estatais e de capital misto para o setor autogestionário e cooperativo. Poderá favorecer a criação de uma clara consciência do povo sobre a exploração do capital, a nível de estrutura, e sobre os possíveis caminhos de solução. Poderá criar processos que a nível das atuais empresas capitalistas ou do estado e a nível de economia

global assegurarão sempre maior participação econômica e

social efetiva dos trabalhadores e do povo em geral...

4. RESUMO

Apresentaremos, em seguida, um sorites que resumirá todos os raciocínios principais desenvolvidos no trabalho:

a) Primeira Parte

A mercadoria depende de determinada combinação dos fatores de produção, ou seja, de determinada combinação do trabalho e capital e, principalmente, da apropriação ou pelo capital ou pelo trabalho do valor excedente gerado na economia a nível de empresa e a nível de economia global.

Tudo que depende de determinada combinação dos fatores de produção, ou seja, de determinada combinação do trabalho e do capital e tudo que depende, principalmente, da apropriação ou pelo capital ou pelo trabalho do excedente gerado na economia a nível de empresa e a nível de economia global **depende** de determinada combinação de classes sociais com interesses opostos entre si.

Tudo que depende de determinada combinação de classes sociais com interesses opostos entre si **depende** de determinada concepção político-social sobre a necessidade de determinada combinação dos fatores de produção.

Tudo que depende de determinada concepção político-social sobre a necessidade de determinada combinação dos fatores de produção **depende** de determinados objetivos sociais a favor de grupos ou a favor do homem como tal.

Tudo que depende de determinados objetivos sociais a favor de grupos ou a favor do homem como tal **depende** de determinada concepção do sentido do homem na história.

Portanto, a mercadoria depende de determinada concepção do sentido do homem na história.

b) Segunda Parte

O homem conhece, ama, quer, pergunta, afirma, admira-se, critica, fixa objetivos, percebe o sentido do homem na história...

Quem percebe o sentido do homem na história **percebe** a perfeição e o limite de perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro de condições espaço-temporais.

Quem percebe a perfeição e o limite de perfeição de todas as coisas que são encontradas dentro de condições espaço-temporais **afirma** o limite do ser concreto espaço-temporal e a

possibilidade de haver algum ser além desse limite.

Quem afirma o limite do ser concreto espaço-temporal e a possibilidade de haver algum ser além desse limite **afirma** o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do ser como tal, ou seja, no horizonte do "ser em si"; do ser não enquanto parece a "nós"; do ser incondicionado e ilimitado; do ser livre dos condicionamentos de espaço e tempo; do ser como ser; do ser não conhecido conceitualmente, mas apenas como horizonte da afirmação sobre um ser espaço-temporal...

Quem afirma o ser das coisas espaço-temporais no horizonte do "ser em si" é ser **capaz** de afirmar o ser como ser, ou seja, é ser capaz de realizar a transcendência partindo da imanência espaço-temporal.

Todo ser capaz de realizar a transcendência partindo da imanência espaço-temporal é ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal, ou seja, é ser condicionado pelo espaço e tempo, mas jamais determinado por eles; é ser livre que realiza o ser como ser, a partir dos condicionamentos espaço-temporais.

Todo ser que realiza sua transcendência a partir da imanência espaço-temporal **chega** totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser partindo de outros seres capazes de exercer a transcendên-

cia dentro da imanência espaço-temporal, ou seja, partindo de outros seres pessoais, partindo da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro.

Todo aquele que chega totalmente a si mesmo e se realiza autonomamente naquilo que ele próprio é e deve ser partindo da afirmação do valor pessoal limitado e imperfeito do outro **realiza-se** pela afirmação, em cada valor pessoal finito, do valor pessoal infinito e absoluto, chamado Deus, ou seja, alcança — explicitamente ou não — na entrega total ao outro, Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desta entrega.

Todo aquele que alcança — implicitamente ou não — na entrega total ao outro, Deus como o horizonte, a garantia e a radicalidade desta entrega: 1) **afirma** — explícita ou implicitamente — Jesus Cristo que é a autocomunicação pessoal existencial e histórica plena de Deus aos homens e a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico pleno para com Deus e 2) **afirma** — implicitamente ou não — a participação num povo novo, chamado Igreja, que é a unidade radical da dimensão íntima e social da autocomunicação de Deus e a resposta concreta dos homens a Deus com Cristo, em Cristo e por Cristo.

Todo aquele que 1) afirma — explícita ou implicitamente — Jesus Cristo que é a autocomu-

nicação pessoal existencial e histórica plena de Deus aos homens e a condição de possibilidade do amor humano existencial e histórico pleno para com Deus e todo aquele que 2) afirma — implicitamente ou não — a participação num povo novo, chamado Igreja, que é a unidade radical da dimensão íntima e social da autocomunicação de Deus e a resposta concreta dos homens a Deus com Cristo, em Cristo e por Cristo deve usufruir da comunicação livre e espontânea de si mesmo em socieda-

de, sem estar a serviço de nenhum grupo, estrutura ou pessoa, e deve contar com estruturas que lhe garantam direto ou indireto acesso a todo excedente gerado na economia.

O homem portanto, deve usufruir da comunicação livre e espontânea de si mesmo em sociedade, sem estar a serviço de nenhum grupo, estrutura ou pessoa, e deve contar com estruturas que lhe garantam acesso direto ou indireto a todo excedente gerado na economia.

BIBLIOGRAFIA

A primeira parte do trabalho supõe a leitura de alguns trabalhos de Carlos Marx, como sejam:

MARX, Carlos. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la economía política* (borrador) 1857-1858, vol. 1, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina, 1971, LII500p.

_____. *Contribución a la crítica de la economía política*. Madrid, Alberto Corazon, 1970, 312 p.

_____. *El Capital; crítica de la economía política*. 5ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1968. 3 vol.

A segunda parte toma o desenvolvimento metodológico e de conteúdo principalmente dos seguinte livros que desenvolveram o método dialético (e que citam ampla bibliografia):

1. CORETH, Emerich. *Metaphysik; Eine methodisch-systematisch. Grundlegung*. Innsbruck, 1961, 672 p.
(Tradução:..... *Metafísica; una fundamentación metodico-sistemática*. Barcelona, 1964, 472p.)
2. LOTZ, J.B. *Metaphisica operationis humanae; methodo transcendentali explicata*. Roma, 1958.
3. MARC, A. *Dialectique de l'affirmation*. Bruxelas, 1952.

4. MARÉCHAL, Joseph. **Le point de départ de la Métaphysique**; Leçons sur le développement historique et théorique de la connaissance, 2^{ed}. Paris, 1949, 5 vol.
5. RAHNER, Karl. **Hörer des Wortes**; Zur Grundlegung einer Religions-philosophie. München, 1942, 229 p.
_____ **Geist in Welt**. 2^a ed., Munique, 1957.
_____ **Grundkurs des Glaubens**; Einführung in den Begriff des Christentums. Freiburg, 1976, 448 p.